

CPADA alerta para falhas na estratégia de combate aos incêndios florestais em Portugal

24 de Maio, 2024

A **CPADA (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente)** considera que as estratégias para a mitigação dos problemas associados à época de incêndios florestais em Portugal “são desadequadas face à génese e complexidade deste problema nacional, e estrutural, com origem na gestão e no ordenamento do território, podendo contribuir para uma época de incêndios florestais potencialmente desastrosa em 2024”.

Para a confederação a abordagem que tem sido feita ao problema não vai “ao cerne da questão”, como são exemplos “medidas sem eficácia comprovada”, entre elas as “limpezas a regra e esquadro das faixas de gestão associadas às vias de comunicação, onde têm sido abatidas dezenas de milhares de árvores, nomeadamente espécies autóctones, sem critério e sem justificação”.

Noutra acusação fica a questão do DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais: “o panorama não tem mudado, sendo que a cada ano se vai aumentando o valor investido, na expectativa que tenha automaticamente resultados práticos, sem que, contudo, se tenha resultados estruturais diferenciados. O único fator que faz toda a diferença é a meteorologia, sendo esta a variável que traduz, de facto, um ano com maior ou menor área ardida”.

“Entendemos que o DECIR é fundamental, contudo deverão ser promovidas soluções que não só permitam uma melhor operacionalização e eficácia entre as várias entidades envolvidas deste dispositivo, profissionais e voluntárias, devidamente escrutinadas, bem como passar-se na fase mais crítica para uma postura mais interventiva na prevenção, fazendo com que a regra não seja simplesmente esperar que o alerta seja dado para que os meios saiam dos seus quartéis. Salientamos que uma vigilância móvel ativa é eficaz, embora tenha sido menosprezada nos últimos anos. Também ter meios pré posicionados fora dos quartéis é uma medida eficaz, embora muito pouco utilizada em Portugal”, diz ainda a CPADA.

Desta forma, a confederação defende uma intervenção ao nível da origem do problema, ou seja, da gestão e do ordenamento do território, com reflexos ao nível da gestão florestal. “Espécies de crescimento rápido, tal como o eucalipto, têm sido um elemento altamente desvirtuador de uma gestão florestal equilibrada e de um ordenamento do território efetivo. É impensável conseguir apagar-se um incêndio florestal numa extensa área de monocultura de eucalipto ou pinheiro. Quebrar a continuidade e dimensão destas áreas, com espécies autóctones é fundamental para mitigar o problema”.